

# Preservação dos imóveis históricos

Haroldo Corrêa Rocha



Vitória, ao completar 445 anos neste mês de setembro, necessita incorporar de forma mais efetiva ao seu cotidiano a preocupação com a preservação dos seus imóveis de valor histórico-cultural.

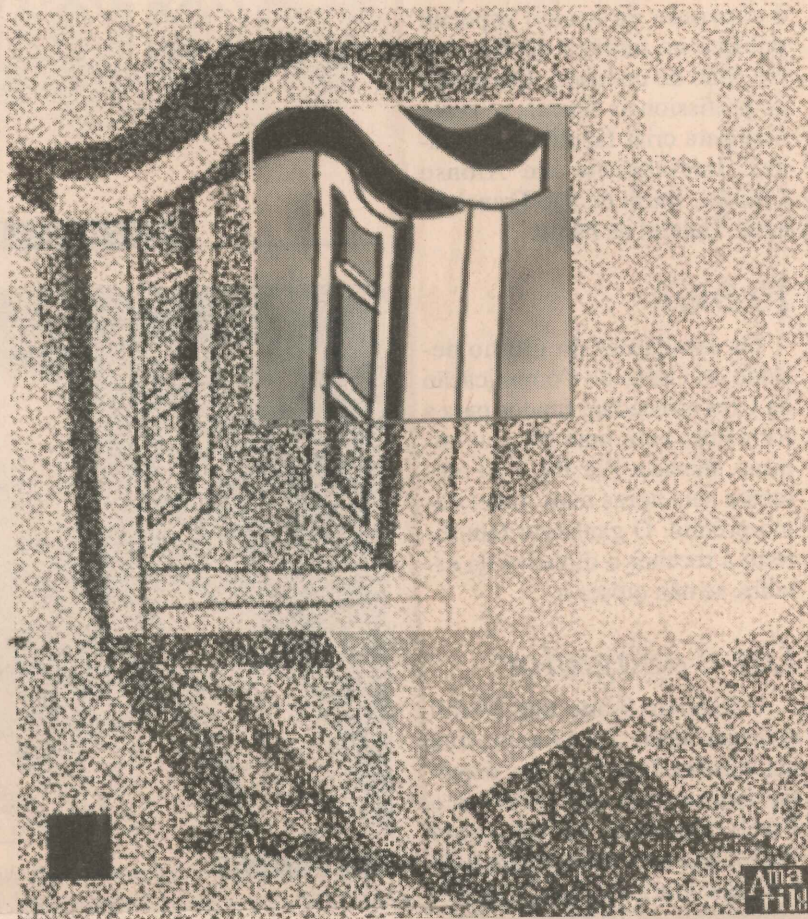
Esta não pode ser uma tarefa deixada a cargo exclusivamente da Prefeitura de Vitória e das entidades públicas que se ocupam com o patrimônio histórico. As empresas de construção civil e as pessoas físicas proprietárias de imóveis com características históricas relevantes também devem se tornar responsáveis pela preservação. Apenas o setor público, utilizando-se dos instrumentos de que dispõe, ou seja, identificação, orientação e fiscalização, não dará conta de preservar o conjunto arquitetônico da cidade.

Muitos dirão que acreditar no surgimento de consciência preservacionista em particulares, especialmente na indústria da construção civil, não passa de um sonho irrealizável. Imagina-se que o interesse pelo lucro imobiliário sempre se sobreporá ao interesse da preservação histórica e cultural. Contudo, este conceito estabelecido sobre a iniciativa privada deve ser relativizado, tendo em vista a situação peculiar em que vive a cidade de Vitória no momento atual. O Plano Diretor Urbano (PDU) e o Projeto de Revitalização do Centro fazem parte da vida da cidade há aproximadamente 12 anos, o que demonstra que em Vitória, o crescimento urbano ordenado e a preservação do patrimônio histórico-cultural não são assuntos emergentes. Trata-se de temas que já fazem parte do cotidiano da cidade e do meio empresarial.

Na verdade, já não há mais possibilidade de se implementar um crescimento imobiliário destruidor em grande escala dos imóveis com valor cultural, pois a cidade dispõe de mecanismos institucionais e consciência cidadã capazes de reagir com vigor diante de ameaças de grande magnitude, como já o fez no caso Fafi, que ficou abandonada durante anos e hoje tornou-se referência no cenário cultural da cidade.

Contudo, ainda se verificam, vez por outra, ações destruidoras de imóveis históricos que surpreendem a todos devido a rapidez com que são executados por empresas movidas unicamente por interesse imobiliário, como aconteceu recentemente com a Mansão dos Michelini na Região da Praia do Canto.

A contenção dos processos de destruição exige que se aperfeiçoe a le-



gislação preservacionista e se desenvolva campanhas de conscientização dos proprietários e construtores. Estas medidas tanto podem ser de iniciativa de órgão público como de instituições privadas, tais como entidades da classe empresarial – Sindicon, Associação Comercial, Associação dos Bancos e Findes –, e associações de moradores.

Deve-se contudo ressaltar a existência de louváveis iniciativas particulares no sentido de valorização/preservação de imóveis, como a restauração do prédio do antigo Restaurante Trattoria-Toscana onde se instalou uma agência do Banco Itaú, no Parque Moscoso, além da iniciativa recente de restauração da Clínica Santa Angélica, no Centro, para instalação de um Laboratório de Análises Clínicas.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional restaurou a Igreja de São Gonçalo, onde instalou a sua sede regional.

A Prefeitura de Vitória, por seu lado, vem desenvolvendo várias ações de recuperação de imóveis históricos, como foi o caso da restauração das escadarias do Centro, do paisagismo e iluminação do Convento de São

Francisco, da iluminação do Teatro Carlos Gomes e do Penedo, da restauração do relógio e reforma da Praça Oito e da restauração dos prédios da Escola São Vicente, da Igreja do Rosário e da parte superior do antigo Mercado da Capixaba, onde foi instalada recentemente a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. A PMV desenvolve também uma ação mais abrangente, através dos técnicos responsáveis pela

implementação e acompanhamento do PDU, que, desde 1994, realizam um minucioso e sistemático esforço de pesquisa histórica para identificação de imóveis que apresentam interesse de preservação. O trabalho é realizado por meio de um fórum com-

posto por pessoal técnico envolvido com a preservação histórico-cultural dos seguintes órgãos públicos: Secretaria de Planejamento da PMV, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Universidade Federal do Espírito Santo, Companhia de Desenvolvimento de Vitória, Instituto dos Arquitetos do Brasil Seção ES, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Instituto Jones dos Santos Neves e secretarias municipais de Obras e de Cultura e Turismo.

A identificação concentrou-se, em primeiro lugar, na região do Centro, onde está localizado o maior conjunto arquitetônico a ser preservado. Um total de 60 imóveis já foram identificados e legalmente transformados em imóveis a serem preservados. Outros 200 imóveis estão em adiantada fase de avaliação, devendo este trabalho ser concluído até o mês de dezembro, a partir de quando será possível, após análise do Conselho do Plano Diretor Urbano e através de decreto do prefeito municipal, torná-los imóveis de preservação.

Este trabalho será mostrado à cidade no período de 21 a 26 de outubro, em evento a ser realizado no Centro, com o objetivo de conscientizar a população que há habita e realiza negócios na região. Constará do evento uma exposição de fotografias antigas e recentes dos imóveis identificados e um seminário que divulgará e colherá sugestões junto aos interessados para a requalificação desse espaço da cidade que está impregnado de história. Este seminário já é um desdobramento de outro mais amplo que ocorreu em outubro do ano passado, onde foram expostas as experiências de outras cidades e debatidos com a sociedade os caminhos a serem percorridos para que a "Revitalização do Centro" possa ocorrer de forma efetiva. A partir deste trabalho de identificação a PMV passará a orientar e prestar um serviço de assessoria mais eficiente a todos os proprietários com vistas à preservação dos imóveis selecionados.

Na Região da Praia do Canto, está se realizando um esforço semelhante de identificação, que começou pela inventariação através de registro fotográfico e terá sequência com a inclusão dos imóveis selecionados na lista de preservação. Posteriormente, com a consolidação do trabalho do Centro e da Praia do Canto haverá a sua extensão para todas as regiões da cidade.

Como se vê, Vitória não está parada no que diz respeito à preservação de sua história e da sua cultura, embora ainda haja um imenso caminho a ser percorrido. Por isso, a consciência da necessidade da preservação não pode continuar restrita a poucas pessoas e instituições públicas. Para a efetiva preservação do patrimônio arquitetônico da nossa cidade é fundamental a conscientização e a atuação dos proprietários dos imóveis e das empresas construtoras. Isso certamente ocorrerá, pois este assunto deverá, a partir de agora, ganhar maior destaque entre os interessados, na medida em que, através do Projeto da Vitória do Futuro, a cidade decidiu tornar-se um Centro de Cultura e Turismo de influência regional e nacional.

Haroldo Corrêa Rocha é secretário de Planejamento da PMV